

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	28
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	35
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	37
10.5 - Políticas contábeis críticas	42
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	44
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	47
10.8 - Plano de Negócios	48
10.9 - Outros fatores com influência relevante	54

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Usiminas emprega um modelo de Governança Corporativa planejado para buscar geração de valor aos acionistas e parceiros de negócios. É um modelo baseado em segurança para o investidor, transparência nas ações, controle de gestão e clareza na comunicação.

Entre as práticas de governança corporativa, está a manutenção de um conselho fiscal permanente, além de comitês internos de Recursos Humanos e Auditoria, criados em 9 de maio de 2007, pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia também se estrutura para atender às exigências governamentais e de mercado sobre as companhias de capital aberto, preservando e estimulando práticas de transparência.

As ações de governança corporativa da Usiminas ainda incluem:

- Controle de riscos;
- Prestação de contas seguindo padrões internacionais;
- Código de conduta para todas as empresas do grupo;
- Manutenção de um conselho fiscal permanente ;
- Ativos negociados na BM&FBovespa (nível I), OTC - Mercado de Balcão (ADR – nível I) e Latibex.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

O gerenciamento dos riscos tem como objetivo identificar a exposição da Companhia e minimizar o impacto nas suas operações e resultados. Esta identificação exige um conhecimento da Companhia, do mercado, sua atividade, ambiente jurídico, social, político e cultural.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os trabalhos da Auditoria interna são considerados instrumento para proteção de risco. Têm foco prioritariamente preventivo e seguem um Plano Anual de Auditoria com o objetivo de melhorar a estrutura de controles internos, aprimorar práticas de Governança Corporativa e contribuir para a redução dos riscos da Companhia. Além disso, a Auditoria Interna também avalia denúncias encaminhadas pelo Canal Aberto.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A execução das atividades de controle de gerenciamento de riscos é de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia, com base nas normas corporativas aprovadas e amplamente divulgadas. Para garantir o cumprimento das diretrizes e objetivos aprovados pelo Conselho de Administração, a Companhia possui uma estrutura organizacional implementada, conforme descrito abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração, como órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como responsabilidade específica a aprovação de propensão ao risco e também acompanhar e avaliar os riscos da Companhia.

Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e também integrando a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, existe o Comitê de Auditoria, órgão obrigatório pelo Estatuto Social da Companhia e que possui em sua composição membros do Conselho de Administração. Suas atribuições e membros podem ser verificados nos itens 12.1 “a” e 12.7 deste Formulário de Referência, respectivamente.

Também subordinada ao Conselho de Administração e integrando a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, a Gerência-Geral de Auditoria Interna é responsável por avaliar o sistema de controles internos e reporta-se diretamente ao Comitê de Auditoria.

Em 2017, a Gerência-Geral de Auditoria Interna contribuiu para a manutenção dos níveis de Governança Corporativa, utilizando como apoio a metodologia de auditoria baseada em riscos. O resultado das auditorias proporcionou melhorias na estrutura de controles internos, aprimoramento das práticas de Governança Corporativa e contribuiu para a implementação de medidas preventivas para a redução dos riscos da Companhia.

A Companhia ainda possui um Comitê Financeiro e Tributário de assessoramento à Diretoria Executiva, que se reúne periodicamente e acompanha as posições financeiras e a estrutura de capital da Companhia. Suas atribuições e membros podem ser verificados nos itens 12.1 “a” e 12.7 deste Formulário de Referência, respectivamente.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos estão adequados e encontram-se em processo de melhoria contínua. A Companhia se empenha na implementação das medidas propostas pelos Comitês Internos e pela Auditoria Interna no que diz respeito à adequação da política de gerenciamento de riscos, bem como a prevenção, controle e redução dos riscos que possam ter impacto sobre a Companhia.

Em 2014, a Lei Anticorrupção foi tema de curso presencial com a participação de empregados de todas as empresas do grupo. O curso foi idealizado pela área de Auditoria Interna e teve o apoio da área Jurídica. Houve reforço do canal de denúncias da Usiminas e do Código de Conduta. Essa ação, de caráter preventivo, demonstra os valores preconizados pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política Riscos para os quais se busca proteção

A Política Financeira da Companhia, que abrange também as suas controladas, tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para o gerenciamento e aplicação dos recursos financeiros das empresas Usiminas e de suas controladas, em coerência com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio. A política entrou em vigor em agosto de 2009, após aprovação da Diretoria da Companhia.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca reduzir a exposição cambial à volatilidade de moedas, preços de *commodities*, taxas de juros, volatilidade no fluxo de caixa e evitar o descasamento entre moedas.

A Companhia não adota proteções específicas relacionadas à inflação ou à liquidez de mercado.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para proteger o Balanço Patrimonial, em relação à exposição a dívidas e fornecedores em moeda estrangeira, a Companhia possui alguns ativos também atrelados à moeda estrangeira, para ter o respectivo *hedge* natural. Estes ativos incluem caixa investido em moeda estrangeira e recebíveis oriundos de exportações.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados pela Companhia são operações de: (i) swap de moeda, substituindo a exposição cambial de moeda estrangeira para reais; (ii) *swap* de taxa de juros, substituindo taxa flutuante por taxa fixa; (iii) *hedge* de *commodities*, evitando oscilações bruscas em seus preços.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento destes riscos

A Política Financeira da Companhia, que abrange também as suas controladas, estabelece os seguintes parâmetros:

- são estabelecidos critérios para a seleção dos bancos e para a escolha dos investimentos permitidos.
- são estipulados os objetivos das operações de derivativos e limites permitidos.
- é definido o nível de contração de suas operações.
- é controlado o grau de exposição aos riscos do mercado financeiro.
- é feito o monitoramento da exposição cambial.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Conforme descrito na letra "c" acima, os instrumentos utilizados são instrumentos financeiros de derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*), reduzindo a exposição da Companhia à volatilidade de moedas, preços de *commodities*, taxas de juros, volatilidade no fluxo de caixa e evitar o descasamento entre moedas. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos especulativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado*vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado*

A execução das atividades de controle de gerenciamento de riscos é de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia, com base nas normas corporativas aprovadas e amplamente divulgadas. Para garantir o cumprimento das diretrizes e objetivos aprovados pelo Conselho de Administração, a Companhia possui uma estrutura organizacional implementada, conforme descrito abaixo:

O Conselho de Administração, como órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como responsabilidade específica a aprovação de propensão ao risco e também acompanhar e avaliar os riscos da Companhia.

Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e também integrando a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, existe o Comitê de Auditoria, órgão obrigatório pelo Estatuto Social da Companhia e que possui em sua composição membros do Conselho de Administração. Suas atribuições e membros podem ser verificados nos itens 12.1 “a” e 12.7 deste Formulário de Referência, respectivamente.

Também subordinada ao Conselho de Administração e integrando a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, a Gerência-Geral de Auditoria Interna é responsável por avaliar o sistema de controles internos e reporta-se diretamente ao Comitê de Auditoria.

Em 2017, a Gerência-Geral de Auditoria Interna contribuiu para a manutenção dos níveis de Governança Corporativa, utilizando como apoio a metodologia de auditoria baseada em riscos. O resultado das auditorias proporcionou melhorias na estrutura de controles internos, aprimoramento das práticas de Governança Corporativa e contribuiu para a implementação de medidas preventivas para a redução dos riscos da Companhia.

A Companhia ainda possui um Comitê Financeiro e Tributário de assessoramento à Diretoria Executiva, que se reúne periodicamente e acompanha as posições financeiras e a estrutura de capital da Companhia. Suas atribuições e membros podem ser verificados nos itens 12.1 “a” e 12.7 deste Formulário de Referência, respectivamente.

c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos estão adequados e encontram-se em processo de melhoria contínua. A Companhia se empenha na implementação das medidas propostas pelos Comitês Internos e pela Auditoria Interna no que diz respeito à adequação da política de gerenciamento de riscos, bem como a prevenção, controle e redução dos riscos que possam ter impacto sobre a Companhia.

Em 2014, a Lei Anticorrupção foi tema de curso presencial com a participação de empregados de todas as empresas do grupo. O curso foi idealizado pela área de Auditoria Interna e teve o apoio da área Jurídica. Houve reforço do canal de denúncias da Usiminas e do Código de Conduta. Essa ação, de caráter preventivo, demonstra os valores preconizados pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui procedimentos formais para elaboração e revisão das Demonstrações Financeiras de modo a melhor assegurar a integridade e a transparência das informações.

Dentre o conjunto de práticas adotadas destacam-se:

- A formalização dos critérios contábeis aplicados nas demonstrações financeiras, incluindo critérios para constituição de provisões;
- A automatização da maioria dos lançamentos de registro contábil;
- O controle sistematizado e a revisão periódica dos acessos lógicos aos sistemas, bem como a segregação de funções às transações críticas do processo;
- O estabelecimento de alçadas de aprovação por faixa de valor;
- A existência de um Comitê de Divulgação responsável por revisar as comunicações ao mercado de capitais;
- A revisão gerencial das atividades de fechamento contábil, de conciliação bancária, de lançamentos contábeis manuais, de lançamentos contábeis que envolvam estimativas e julgamentos, da consolidação das Demonstrações Financeiras, dentre outras.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas periodicamente pelo Auditor Independente e pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências dos processos são relatadas nas Cartas de Controles Internos ou Relatórios de Auditoria e são reportadas à Administração e ao Comitê de Auditoria, desdobrando em planos de ação para mitigar ou reduzir a exposição dos riscos a níveis aceitáveis pela Companhia.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

- Controladoria;
- Relações com Investidores;
- Administração;
- Auditoria Interna;
- Comitês internos.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são supervisionados pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e pelo Comitê de Auditoria a partir das Cartas de Controles Internos emitidas pelo Auditor Independente e dos Relatórios de Auditoria emitidos pela Auditoria Interna.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Para as demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais, os auditores independentes da Usiminas, durante a execução de seus trabalhos de auditoria, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Quanto às outras deficiências identificadas pelos auditores independentes, vale destacar que foram observadas pela auditoria, no relatório referente aos exercícios findos em 31/12/2015 e 31/12/2014,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

determinadas fragilidades nos processos de controles internos relacionados à gestão de profissionais expatriados, em relação aos benefícios diretos e indiretos a serem pagos a tais profissionais, quais sejam: (i) falta de clareza entre o estabelecido na Política de Transferência de Longo Prazo (Nacional e Internacional) e o definido no Procedimento Interno de Recursos Humanos; (ii) ausência de aprovação do Comitê de Recursos Humanos e do Conselho de Administração da regulamentação para a gestão de profissionais impatriados e expatriados; (iii) fragilidade nos controles internos relacionados ao cálculo dos benefícios diretos e indiretos, cálculos dos impostos, reconciliação de valores, pagamentos e apresentação dos valores pagos aos profissionais expatriados na folha de pagamento da Companhia. Estes pontos, que não caracterizam deficiências significativas, foram analisados pelo Comitê de Auditoria da Companhia, a fim de que tais procedimentos fossem aprimorados, além de estar atualmente em discussão no Comitê de RH a elaboração de novas Políticas de Transferência, tendo sido definido que estas devem ser claras e completas, sem necessitar de regulamentações posteriores. A Administração da Companhia entende que as fragilidades em questão não produzem reflexos na condução de suas atividades e está apoiando o Comitê de RH para que os referidos aprimoramentos sejam efetivados na brevidade possível.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia tomou conhecimento do relatório de recomendações dos auditores independentes e entende que os pontos reportados não produzem reflexos na condução de suas atividades e nas suas Demonstrações Financeiras. Em relação à recomendação destacada no item 5.3.d acima, a Administração está apoiando o Comitê de RH para que os referidos aprimoramentos sejam efetivados na maior brevidade possível.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Mediante sua política anticorrupção e recorrentes treinamentos online e presenciais, a Companhia determina que é estritamente vedado qualquer ato de exigência, insinuação, aceite ou oferecimento de qualquer tipo de favor, benefício, doação e gratificação, para si ou para terceiros, como contrapartida à obtenção de vantagens ou favorecimento com quaisquer pessoas, inclusive aquelas ligadas ao poder público.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas periodicamente pelo Auditor Independente e pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências dos processos são relatadas nas Cartas de Controles Internos ou Relatórios de Auditoria e são reportadas à Administração e ao Comitê de Auditoria, desdobrando em planos de ação para mitigar ou reduzir a exposição dos riscos a níveis aceitáveis pela Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta da Companhia determina os princípios que norteiam o relacionamento da Usiminas com os principais públicos envolvidos em sua atuação – empregados, administradores, clientes, fornecedores, investidores, poder público, concorrentes, comunidade, imprensa e outros setores da sociedade civil organizada. São valores aplicáveis a todas as empresas Usiminas, independentemente da região e cultura, ou ainda do tipo de atividade e cargo dos profissionais que nelas atuam.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Ao ingressar na Companhia os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados recebem e são submetidos a treinamento em relação ao código de conduta da Companhia. Durante sua permanência na Companhia treinamentos online e presenciais são ministrados a diferentes públicos sobre temas específicos tratados no código, mediante necessidades específicas determinadas pelo Conselho e Diretoria Executiva.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Violações aos dispositivos do Código de Conduta da Companhia sujeitam os infratores às penalidades disciplinares, que incluem advertência, suspensão ou demissão. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e gravidade da infração, observando-se sempre as normas internas da Usiminas e da legislação aplicável. Tais informações encontram no Código de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Conduta da Companhia disponível em <http://ri.usiminas.com/ptb/estatuto-politicas-manuais-e-regimentos>.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta foi aprovado pela Diretoria da Companhia em 22/02/2011. Tais informações encontram no Código de Conduta da Companhia disponível em <http://ri.usiminas.com/ptb/estatuto-politicas-manuais-e-regimentos>.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A ferramenta e administração do Canal de denúncias da Companhia são internas

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias da Companhia, Canal Aberto, pode ser utilizados pelos empregados, Administradores, clientes, fornecedores, investidores, poder público, comunidade e demais setores da sociedade civil organizada.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A ferramenta Canal Aberto funciona com os princípios de transparência e imparcialidade. Quem usa o Canal Aberto tem a identidade preservada, e as informações recebidas são tratadas com sigilo.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias são encaminhadas ao Comitê de Conformidade da Companhia, integrado por representantes de áreas multidisciplinares, com as seguintes atribuições: deliberação sobre cada denúncia recebida, encaminhamento da denúncia à área responsável pela apuração e retorno do resultado da apuração.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Sempre que Companhia deseja realizar uma associação empresarial, Como determinado em procedimento específico, ela busca identificar o eventual histórico de envolvimento da empresa-alvo com corrupção ou outros tipos de condutas ilegais ou antiéticas, os riscos da operação, a existência de controles internos e de estruturas de integridade.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não Aplicavel.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Em relação aos riscos apresentados nos itens 4.1, 5.1 e 5.2, a Companhia entende que não houve alterações significativas nos riscos apresentados, quando comparados com o exercício anterior, assim como não houve alteração na política de gerenciamento de riscos.

Não há expectativa de redução ou aumento na exposição da Companhia aos riscos mencionados. A companhia sempre trabalha com o nível de exposição necessário dentro dos limites estabelecidos pela administração, bem como monitora os riscos constantemente para tomar as ações corretivas necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações consideradas relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2017, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,2 bilhões, contra R\$660,4 milhões em 2016, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA Ajustado no ano de 2017 atingiu 20,4%, contra 7,8% em 2016. No ano de 2017 a dívida líquida consolidada foi de R\$4,3 bilhões, 8,5% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31/12/16, que foi de R\$4,7 bilhões. A dívida bruta consolidada (Empréstimos, financiamentos e Debêntures) foi de R\$6,7 bilhões, contra R\$6,9 bilhões em 2016, uma redução de 2,9%, principalmente em razão da amortização de dívida no período, referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, em função da renegociação da dívida; e da pequena desvalorização cambial média de 1,5% no ano, que afetou negativamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por prazo de vencimento era de 15,2% no curto prazo e 84,8% no longo prazo. Esta composição continua sendo resultado da conclusão da renegociação de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2017 alcançou 2,38 vezes, contra 3,66, em 2016, em boa parte pela transferência dos valores de empréstimos e financiamentos e das debêntures do longo prazo para o curto prazo, correspondente ao *cash sweep* acordado entre a Companhia e seus credores.

No ano de 2016 a Usiminas apresentou um EBITDA ajustado de R\$660,4 milhões, contra R\$291,5 milhões em 2015, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA ajustado no ano de 2016 atingiu 7,8%, contra 2,9% em 2015. A dívida líquida consolidada foi de R\$4,7 bilhões em 31/12/16, 20,1% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31/12/15, que foi de R\$5,9 bilhões, representando 24% do capital investido. A dívida bruta consolidada (Empréstimos, financiamentos e Debêntures) foi de R\$6,9 bilhões, contra R\$7,9 bilhões em 2015, uma redução de 12,0%, principalmente em razão da amortização de dívida no período e da valorização cambial média de 16,5% no ano, que afetou positivamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por prazo de vencimento era de 1% no curto prazo e 99% no longo prazo. Esta nova composição é resultado da conclusão da renegociação da dívida de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia, que obteve prazo total de 10 anos, dos quais 3 anos de carência para pagamento de principal, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio longo prazos. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2016 alcançou 3,66 vezes, contra 1,53 em 2015, também em função da renegociação da dívida.

No ano de 2015, a Usiminas apresentou uma forte redução no seu EBITDA Ajustado que totalizou R\$291,5 milhões, contra R\$1,9 bilhão em 2014, devido ao menor volume de vendas e menor preço do aço e do minério de ferro afetando as suas duas principais Unidades de Negócio, Siderurgia e Mineração. A Unidade de Bens de Capital foi exceção, atingindo um EBITDA de R\$86,8 milhões, com crescimento de 73,7% na comparação entre os períodos. Em 31 de dezembro de 2015, a dívida líquida consolidada da Companhia era de R\$5,9 bilhões, representando 28% do capital investido (dívida líquida mais patrimônio líquido). Ainda em 2015, a dívida bruta consolidada foi de R\$7,9 bilhões, contra R\$6,7 bilhões em 2014, um aumento de 17,7%, principalmente em razão da forte desvalorização cambial de 47,0% no período, que impactou diretamente a parcela da dívida em dólar, que correspondia a 47% da dívida total em 2015. Em 2015, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 24% no curto prazo e 76% no longo prazo. A Usiminas obteve devidamente os *waivers* de seus credores para os *covenants* não cumpridos para esta data base.

b) Estrutura de capital

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros refletiu decréscimo em 2017 conforme demonstrado no quadro abaixo. A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumarizada:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2017	2016	2015
Passivo Total	10.800.513	11.063.111	12.764.475
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	2.314.288	2.257.454	2.024.457
Passivo Total Líquido (A)	8.486.225	8.805.657	10.740.018
Patrimônio líquido (B)	15.183.964	15.191.634	14.993.857
Relação (A) / (B)	56%	58%	72%

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula em acordo com as disposições legais.

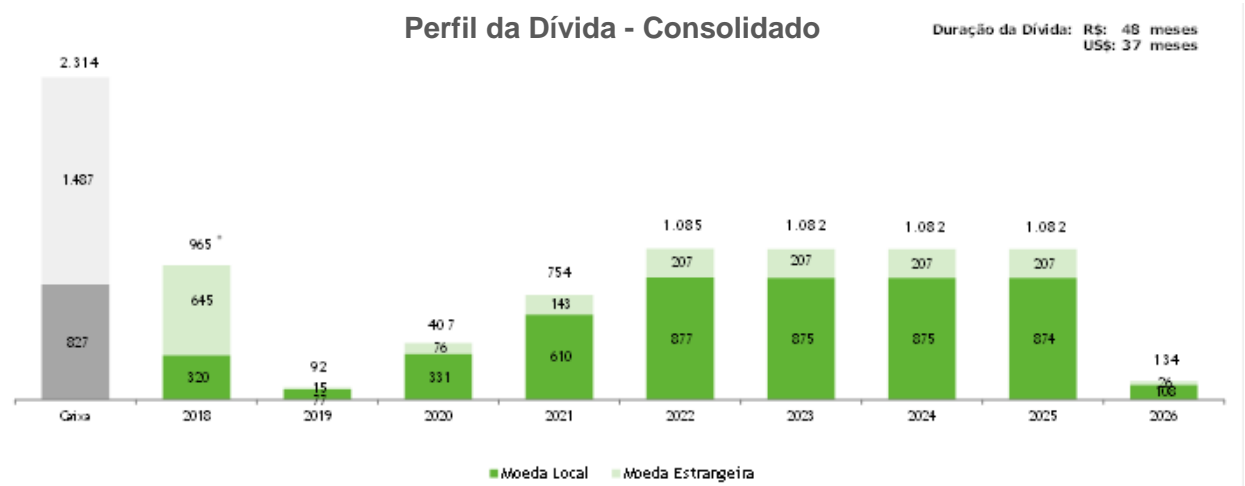
c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía um caixa de R\$2,3 bilhões (R\$2,3 bilhões em 2016 e R\$2,0 bilhões em 2015). Sua dívida apresenta um prazo médio de 4 anos em 2017) 4 anos em 2016 e 2 anos em 2015. A concentração da dívida no curto prazo em 2017 é de 15% do total da dívida (1,0% em 2016 e 24,3% em 2015). Esta composição continua sendo resultado da conclusão da renegociação de cerca de 92% da dívida total em 2016, entre os quais foram obtidos 3 anos de carência para pagamento de principal e foi adequado seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

Em 15/12/17 foi realizado o pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões.

Adicionalmente, em evento subsequente ao encerramento do trimestre, na data de 18/01/18, foi realizado o pagamento integral das Notas emitidas em 2008, no valor total de US\$400,0 milhões, dos quais cerca de US\$220,0 milhões retornaram ao caixa da Companhia em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013.

Com estes pagamentos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes são geração de caixa operacional, linhas de bancos de desenvolvimento, empréstimos e financiamentos bancários com instituições/bancos públicos e privados, e emissão de títulos de dívida.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item (c), a Companhia buscará na administração de seu caixa, capital de giro e investimentos as fontes para possíveis coberturas de deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As Empresas Usiminas possuíam em 2017 empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$5,7 bilhões (R\$5,9 bilhões em 2016 e R\$6,8 bilhões em 2015) e R\$949,0 milhões de debêntures (R\$998,0 milhões em 2016 e R\$1,0 bilhão em 2015).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Após a renegociação ocorrida em setembro de 2016, as principais operações de financiamentos são:

- Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e Finame com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia, com vencimentos até 2026. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor destas operações era de R\$516 milhões (R\$546 milhões em 2016 e R\$658 milhões em 2015).
- Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, com vencimentos até 2026. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor destas operações era de R\$1,0 bilhão (R\$1,0 bilhão em 2016 e R\$1,3 bilhão em 2015).
- Notas de Crédito de Exportação e Industrial com o Banco do Brasil para financiamento de capital de giro, com vencimentos até 2020. As notas foram liquidadas em setembro de 2016 e não há saldos em aberto destas operações no final de 2017 e 2016, em 2015 foram R\$2,5 bilhões.
- Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US\$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US\$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018, emitidos pelas companhias Cosipa Commercial Ltda. e Usiminas Commercial Ltda., ambas controladas pela Companhia. A operação permitiu melhor alocação dos recursos da Companhia, além de diminuir a sua alavancagem bruta e reduzir os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia exerceu a cláusula de resgate antecipado (*Early Redemption*) do título de dívida com vencimento em 2016 e dessa forma recomprou a totalidade dos títulos emitidos. O resgate antecipado também foi feito com o objetivo de reduzir a alavancagem bruta e os desembolsos financeiros projetados. Em junho de 2016 a Companhia procedeu a liquidação financeira dos títulos de dívida emitidos pela Cosipa Commercial Ltda com vencimento em 2016, mencionados acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em junho de 2017, a Companhia reduziu o capital desta controlada no exterior Usiminas Europa e transferiu para sua titularidade os Eurobonds que esta controlada possuía em carteira, que em 31 de dezembro de 2017 correspondia ao montante de R\$775,7 milhões. A partir desta redução de capital, a Companhia passou a deter ativos e passivos financeiros nas mesmas bases, com a Usiminas Commercial como contraparte. Desta forma, a Companhia apresentou esse ativo e passivo financeiros pelo montante líquido no passivo circulante nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou o contrato de mútuo junto à Usiminas Commercial no montante total de US\$400 milhões. Portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha apenas o ativo financeiro junto à Usiminas Commercial no montante de R\$775,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, em termos consolidados, o saldo devedor destas operações era de R\$591 milhões (R\$582 milhões em 2016 e R\$698 milhões em 2015).

- Emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2026 e taxa de 3% a.a. + 100% do CDI, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo devedor desta operação era de R\$949 milhões (R\$998 milhões em 2016 e R\$1,0 bilhão em 2015).
- Contratos de financiamento de capital de giro com o Itaú BBA com vencimentos até 2026. Em 2017 o saldo devedor destas operações era de R\$640 milhões (R\$673 milhões em 2016 e R\$935 milhões em 2015).
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Banco do Brasil com vencimento em 2026. Em 2017 o saldo devedor desta operação era de R\$2,3 bilhões (R\$2,4 bilhões em 2016). Não há saldo deste contrato em 2015, uma vez que esta dívida foi reconhecida em setembro de 2016 em função da renegociação citada no item c) acima.
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Bradesco com vencimento em 2026. Em 2017 o saldo devedor desta operação era de R\$519 milhões (R\$544 milhões em 2016). Não há saldo deste contrato em 2015, uma vez que esta dívida foi reconhecida em setembro de 2016 em função da renegociação citada no item c) acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 22 de maio de 2014, a Administração decidiu contratar uma nova linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*), cujo valor total é de R\$300,0 milhões e período de vigência de 3 anos. Em 30 de dezembro de 2015, a Administração optou pelo cancelamento desta linha de crédito.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2026, conforme relacionado no subitem f) i. acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento destas restrições

Os contratos financeiros citados no item f) i. exigem o cumprimento de determinadas condições e cláusulas contratuais, calculados em uma base individual (Controladora):

(a) Dívida Líquida / EBITDA:

- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

(b) EBITDA / Despesas Financeiras:

- mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos covenants não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram verificados descumprimentos desses covenants, exceto com relação a outorga de garantias a certos credores no contexto da renegociação, a qual não seria mais permitida nos termos dos Eurobonds em virtude do vencimento, em 30 de junho de 2017, da dispensa temporária anteriormente concedida pelos detentores de tais bonds com relação a limitações de concessão de garantias previstas nos termos dos Eurobonds. Tal descumprimento pode ser curado pela Companhia em até 60 dias contados a partir da data de recebimento de uma notificação de descumprimento enviada pela entidade custodiante dos Eurobonds ou por um quórum mínimo de detentores dos Eurobonds, a qual não foi recebida até a presente data. Passado tal prazo, o descumprimento ensejaria o vencimento antecipado somente se recebida uma nova notificação enviada pela entidade custodiante dos Eurobonds ou por um quórum mínimo de detentores dos Eurobonds, solicitando a aceleração da dívida. A Companhia optou por não solicitar nova dispensa de anuência, aos detentores dos Eurobonds, com relação a essas limitações de outorga de garantias, levando em consideração, dentre outros fatores, o pagamento integral dos Eurobonds realizado em janeiro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia antecipando-se ao não cumprimento de alguns desses índices financeiros (*covenants*), notadamente o *Total Debt to Ebitda Ratio* e o *Net Debt to Ebitda Ratio*, dos seus contratos de dívida, obteve um *waiver* dos credores e, conseqüentemente, a sua anuência para a não realização dos referidos testes de cumprimento dos limites em dezembro de 2015. Novos testes serão realizados para alguns dos contratos nos meses de Março, Junho e Dezembro de 2016. Desta forma, esses contratos de dívida não foram classificados como vencidos em 31 de dezembro de 2015.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía nenhum montante disponível junto ao BNDES, uma vez que o cancelamento foi solicitado integralmente e uma das condições da renegociação impõem que a Companhia não obtenha nenhum novo ingresso de dívida.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia ainda possuía o montante de R\$305,0 milhões disponíveis com o BNDES para cumprir os desembolsos adicionais dos investimentos em andamento, que podem ser utilizadas quando necessário. Tais linhas poderão ser utilizadas unicamente para investimentos de capital que se enquadrem no regulamento de empréstimos do BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial nos anos 2017, 2016 e 2015 e suas variações

ATIVO	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2015	AV (%) 2015	Análise Horizontal 2017 x 2016	Análise Horizontal 2016 x 2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.770.573	7%	719.870	3%	800.272	3%	146%	-10%
Títulos e valores mobiliários	543.715	2%	1.537.584	6%	1.224.185	4%	-65%	26%
Contas a receber de clientes	1.555.494	6%	1.179.212	4%	1.428.421	5%	32%	-17%
Estoques	2.763.496	11%	2.604.306	10%	2.748.417	10%	6%	-5%
Impostos a recuperar	362.465	1%	238.600	1%	377.198	1%	52%	-37%
Dividendos a receber	139.078	1%	2.463	0%	2.357	0%	5.547%	4%
Instrumentos financeiros derivativos	12	0%	44.669	0%	152.560	1%	-100%	-71%
Demais contas a receber	119.922	0%	93.774	0%	161.432	1%	28%	-42%
Total do ativo circulante	7.254.755	28%	6.420.478	24%	6.894.842	25%	13%	-7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.046.112	12%	3.120.368	12%	3.281.063	12%	-2%	-5%
Valores a receber de empresas ligadas	3.147	0%	3.842	0%	4.412	0%	-18%	-13%
Depósitos judiciais	675.600	3%	660.229	3%	597.392	2%	2%	11%
Instrumentos financeiros derivativos	1.184	0%	100.670	0%	559.654	2%	-99%	-82%
Impostos a recuperar	54.881	0%	164.242	1%	81.263	0%	-67%	102%
Demais contas a receber	334.938	0%	215.932	1%	173.844	1%	55%	24%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.054.052	4%	1.126.176	4%	1.084.311	4%	-6%	4%
Imobilizado	12.882.618	50%	13.748.890	52%	14.743.629	53%	-6%	-7%
Intangível	677.190	3%	693.918	3%	337.922	1%	-2%	105%
Total do ativo não circulante	18.729.722	72%	19.834.267	76%	20.863.490	75%	-6%	-5%
TOTAL DO ATIVO	25.984.477	100%	26.254.745	100%	27.758.332	100%	-1%	-5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2015	AV (%) 2015	Análise Horizontal 2016 x 2015	Análise Horizontal 2016 x 2015
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	976.917	4%	846.377	3%	1.187.274	4%	15%	3%
Empréstimos e financiamentos	927.946	4%	62.157	0%	1.850.392	7%	1.393%	-97%
Debêntures	62.031	0%	5.551	0%	61.109	0%	1.017%	-91%
Adiantamentos de clientes	81.394	0%	35.806	0%	40.799	0%	127%	-12%
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	475.251	2%	356.970	1%	587.458	2%	33%	-63%
Salários e encargos sociais	188.735	1%	197.076	1%	278.149	1%	-4%	-29%
Tributos a recolher	95.089	0%	58.447	0%	85.547	0%	63%	-32%
Tributos parcelados	20.494	0%	8.529	0%	8.191	0%	140%	4%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.434	0%	7.538	0%	6.151	0%	-81%	23%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	75.644	0%	22.001	0%	142	0%	244%	15394%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	48.577	0%	199.657	1%	-100%	-76%
Demais contas a pagar	141.485	1%	103.215	0%	191.054	1%	37%	-46%
Total do passivo circulante	3.046.420	12%	1.752.244	7%	4.495.923	16%	74%	-61%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	4.758.468	18%	5.864.416	22%	4.958.032	18%	-19%	18%
Debêntures	887.334	3%	992.184	4%	999.181	4%	-11%	-1%
Valores a pagar a empresas ligadas	143.170	1%	153.269	1%	162.957	1%	-7%	-6%
Tributos parcelados	0	0%	9.050	0%	9.582	0%	-100%	-6%
Provisão para demandas judiciais	668.964	3%	607.863	2%	557.455	2%	10%	9%
Provisão para recuperação ambiental	158.333	1%	143.042	1%	127.103	0%	11%	13%
Benefícios pós-emprego	1.050.324	4%	1.342.727	5%	1.153.379	4%	-22%	16%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	102.413	0%	203.845	1%	-100%	-50%
Demais contas a pagar	87.500	0%	95.903	0%	97.018	0%	-9%	-1%
Total do passivo não circulante	7.754.093	30%	9.310.867	30%	8.268.552	30%	-17%	13%
TOTAL DO PASSIVO	10.800.513	42%	11.063.111	42%	12.764.475	46%	-2%	-13%
Patrimônio líquido								
Capital social	13.200.295	51%	13.200.295	50%	12.150.000	44%	0%	9%
Reservas de capital	311.747	1%	309.445	1%	327.191	1%	1%	-5%
Reservas de lucros	202.207	1%	0	0%	620.039	2%	-	-100%
Ajustes de avaliação patrimonial	60.546	0%	26.000	0%	311.748	1%	133%	-92%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	13.774.795	53%	13.535.740	52%	13.408.978	48%	2%	1%
Participação dos acionistas não controladores	1.409.169	5%	1.655.894	6%	1.584.879	6%	-15%	4%
Total do patrimônio líquido	15.183.964	58%	15.191.634	58%	14.993.857	54%	0%	1%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.984.477	100%	26.254.745	100%	27.758.332	100%	-1%	-5%

A seguir estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 2% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**2017 – 2016 COMENTÁRIOS****ATIVO CIRCULANTE**Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$1,1 bilhão verificado no ano de 2017 ocorreu basicamente pelo recebimento por parte da Usiminas Commercial, em 12 de dezembro de 2017, dos Eurobonds que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$376 milhões, deve-se a melhora do mercado e aumento de preços.

Estoques

Os estoques apresentaram um aumento de 6,1% equivalente a R\$159 milhões, decorrente do aumento nos custos de produção, em função de maiores custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas.

ATIVO NÃO CIRCULANTEInvestimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

O investimento em coligadas e controladas apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$72 milhões, decorrente principalmente, do registro de perda por valor recuperável de ativos (*impairment*), referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal e da coligada Codeme.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$866 milhões, principalmente devido a depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2017 foram de R\$216 milhões, não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

PASSIVO CIRCULANTEFornecedores, empreiteiros e fretes

A elevação de 15% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$130,5 milhões, deve-se principalmente aos gastos relacionados ao aumento das exportações na Unidade de Mineração, que resultaram em maiores gastos com frete marítimo, ferroviário e carregamento portuário. Adicionalmente, também na Unidade Mineração, a retomada da produção em duas instalações de tratamento de minério gerou gastos pulverizados entre diversos fornecedores.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$866 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo e da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018. O aumento das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões refere-se a transferência de cerca de R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$1,1 bilhão refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo; da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018 e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$244 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, em função da renegociação da dívida.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$105 milhões refere-se a transferência de cerca de R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018 e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$46 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, em função da renegociação da dívida.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 10,0% no comparativo entre os períodos, passando de R\$608 milhões em 2016 para R\$669 milhões em 2017. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e adições tributárias, tendo como principal: ação anulatória de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS.

Benefícios pós-emprego

A redução das provisões para Benefícios pós-emprego no valor de R\$292 milhões em 31 de dezembro de 2017, quando comparado com 31 de dezembro de 2016, refere-se principalmente às amortizações dos passivos com os planos no valor total de R\$230 milhões e também pela reversão do Fundo Previdencial do Plano de Benefício Definido-PBD no valor de R\$157 milhões. Esta redução foi parcialmente compensada por R\$97 milhões de constituição de novas provisões, principalmente no Plano de Saúde, dentre outras variações.

2016 – 2015 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$233 milhões verificado no ano de 2016 ocorreu principalmente em função das capitalizações realizadas pela Companhia no valor de R\$1,05 bilhões, que foram parcialmente consumidos pelas operações da Companhia no segundo trimestre, bem como pelo pagamento de juros financeiros e de algumas dívidas que não foram renegociadas.

Contas a receber de clientes

A redução no contas a receber na Usiminas em R\$249 milhões, deve-se principalmente ao menor prazo de recebimento que reduziu a média geral de 43 dias em 2015 para 32 dias em 2016 e pela maior provisão para devedores duvidosos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques

Os Estoques apresentaram uma redução de 5% o equivalente a R\$144 milhões decorrente da redução da produção, principalmente devido à paralisação das áreas primárias de Cubatão, e também da redução das vendas incorrendo em menor demanda de produtos em estoque.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de 71%, passando de R\$153 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$45 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação deve-se principalmente à liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2014, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A redução de R\$161 milhões nos tributos diferidos se justifica pela diminuição das diferenças temporárias. Destacam-se a variação de R\$122 milhões de diferenças temporárias sobre perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*) e a redução de R\$64 milhões referente à diferença temporária do *Take or Pay* com a MRS. As demais variações foram pulverizadas.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais aumentou 11% no comparativo entre os períodos, passando de R\$597 milhões em 2015 para R\$660 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária dos depósitos na unidade de negócios Siderurgia e a constituição de novos depósitos trabalhistas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R\$459 milhões decorreu principalmente da liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016 em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

Imobilizado

O imobilizado apresentou redução de 7%, o equivalente a R\$995 milhões, decorrente, principalmente, da depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2016 foram baixos (R\$225 milhões), não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

Intangível

O aumento de R\$355 milhões no intangível no ano de 2016, correspondente, principalmente, à reversão de *impairment* da controlada Mineração Usiminas no valor de R\$357 milhões, em função das novas projeções de gastos e investimentos de longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$1,8 bilhão reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$790 mil e junto ao JBIC e Nippon Usiminas no valor de R\$521 mil. A redução das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões refere-se ao menor valor de juros provisionados no período, em função da renegociação de seu contrato, que alterou os prazos de pagamento de juros de semestrais para trimestrais.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 76% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$151 milhões decorreu principalmente em função da liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$906 milhões reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Bradesco, no valor de R\$545 mil e junto ao Banco do Brasil no valor de R\$837 mil. A redução das debêntures no longo prazo em R\$7 milhões refere-se ao novo valor a amortizar de diferimento de despesas de renegociação desta dívida, passando de R\$819 mil em 2015 para R\$7.816 mil em 2016.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 9,04% no comparativo entre os períodos, passando de R\$557 milhões em 2015 para R\$608 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e a adição de demandas judiciais trabalhistas referente ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão, onde pleiteiam verbas trabalhistas diversas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 50% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$101 milhões decorreu principalmente da depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2014, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**2015 – 2014 COMENTÁRIOS****ATIVO CIRCULANTE**Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

A redução de R\$800 milhões verificada no ano de 2015 ocorreu principalmente em função de pagamentos de juros de empréstimos no valor de R\$583 milhões, liquidação de operações de cessões de crédito no valor de R\$594 milhões, e também pela queda do caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia.

Contas a receber de clientes

Contas a Receber de Clientes apresentou uma elevação de 15% o equivalente a R\$182 milhões, principalmente em consequência do aumento do prazo médio de recebimento, passando de 27 dias em 2014 para 36 dias em 2015.

Estoques

Os Estoques apresentaram uma redução de 22% o equivalente a R\$768 milhões, decorrente da redução da produção e das vendas incorrendo em menor demanda de produtos em estoque.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos foi de 133%, passando de R\$65 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$153 milhões em 31 de dezembro de 2015, basicamente devido à apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47%, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Adicionalmente, parte dos saldos registrados no ativo não circulante em 2014 foram transferidos para o ativo circulante 2015, seguindo o fluxo normal das operações de acordo com os prazos de vencimentos.

ATIVO NÃO-CIRCULANTEImposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos aumentaram em R\$1.263 milhões, principalmente pela apuração de impostos diferidos sobre diferenças temporárias. Pode-se destacar a variação de R\$465 milhões referente a diferenças temporárias sobre variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (regime de caixa) e variação de R\$680 milhões de diferenças temporárias sobre perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos em R\$308 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao lene e o Real, que são os dois principais indexadores das operações de *swap* da Companhia, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*. Adicionalmente a Companhia contratou novas operações com posição ativa em dólar no valor de US\$252 milhões, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

As contas a pagar a fornecedores, empreiteiros e fretes reduziram em 29% no comparativo entre os períodos, passando de R\$1,7 bilhão em 2014 para R\$1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2015. Esta variação ocorreu basicamente em função da redução do fluxo de operações da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

O aumento dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$195 milhões reflete principalmente a variação cambial do ano de 2015 sobre os passivos denominados em dólares. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos em R\$105 milhões decorre basicamente do aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap* (contratos de troca de moedas), que possuem posição passiva em lene devido a apreciação dessa moeda, que tem por objetivo reduzir a exposição cambial.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$978 milhões reflete principalmente a variação cambial do ano de 2015 sobre os passivos denominados em dólares, além dos juros provisionados no período, conforme demonstrado na movimentação dos empréstimos e financiamentos. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 17% no comparativo entre os períodos, passando de R\$476 milhões para R\$557 milhões em 2015. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e a adição de demandas judiciais referente à Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais na Mineração Usiminas S.A.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos em R\$22 milhões decorre basicamente do aumento na marcação a mercado das operações com posição passiva em Dólar Americano e lene, devido à apreciação destas moedas, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstrações do resultado dos anos 2017, 2016 e 2015 e suas variações.**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2015	AV (%) 2015	Análise Horizontal 2017 x 2016	Análise Horizontal 2016 x 2015
Receita de bens e serviços	10.734.118	100%	8.454.200	100%	10.185.570	100%	27%	-17%
Custo dos Bens e Serviços	-9.099.024	-85%	-7.966.878	-94%	-10.013.018	-98%	14%	-20%
Resultado Bruto	1.635.094	15%	487.322	6%	172.552	2%	236%	182%
Despesas Receitas operacionais	-751.224	-7%	-708.914	-8%	-3.897.340	-38%	6%	-82%
Despesas com Vendas	-250.950	-2%	-272.731	-3%	-258.141	-3%	-8%	6%
Despesas Gerais e Administrativas	-404.393	-4%	-354.218	-4%	-440.121	-4%	14%	-20%
Outras (Despesas/Receitas) Operacionais	-250.777	-2%	-224.826	-3%	-3.199.078	-31%	12%	-93%
Resultado de Equivalência Patrimonial	154.896	1%	142.861	2%	95.582	1%	8%	49%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	883.870	8%	-221.592	-3%	-3.629.206	-36%	-499%	-94%
Resultado Financeiro	-462.920	-4%	-30.156	0%	-1.245.693	-12%	1.435%	-98%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	420.950	4%	-251.748	-3%	-4.874.899	-48%	-267%	-95%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-105.870	-1%	-325.095	-4%	1.189.922	12%	-67%	-127%
Lucro/Prejuízo consolidado do Período	315.080	3%	-576.843	-7%	-3.684.977	-36%	-155%	-84%

2017 – 2016 COMENTÁRIOS**Receita de vendas de bens e serviços**

No ano de 2017, a receita líquida foi de R\$10,7 bilhões, contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maiores volume de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano.

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,0 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2017 (3,7 milhões de toneladas em 2016), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,7 milhões de toneladas de minério de ferro (3,2 milhões em 2016).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2017, o CPV foi de R\$9,1 bilhões, contra R\$8,0 bilhões em 2016, um crescimento de 14,2% principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta no ano de 2017 foi de 15,2%, contra 5,8% em 2016.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2017, as despesas com vendas foram de R\$251,0 milhões, contra R\$272,7 milhões em 2016, principalmente devido a menor provisão para devedores duvidosos em R\$31,3 milhões, parcialmente compensada por maiores custos de distribuição devido à maior exportação de aço e minério de ferro no período.

As despesas gerais e administrativas em 2017 foram de R\$404,4 milhões, contra R\$354,2 milhões em 2016, representando uma elevação de 14,2%, em função de maiores despesas com mão de obra própria e de terceiros, bem como de despesas gerais.

Outras despesas e receitas operacionais foram de R\$250,8 milhões negativos em 2017 contra R\$224,8 milhões negativos em 2016, em função de:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- *Impairment* de ativos no valor de R\$74,9 milhões em 2017, relativo ao ágio proveniente da aquisição da Controlada Rios Unidos, Controlada Modal e Coligada Codeme, contra uma reversão de *impairment* de R\$358,3 milhões em 2016 na unidade de Mineração; Vale destacar que o EBITDA Ajustado não é impactado por eventos de *impairment* de ativos;
- Resultado de venda e baixa de ativos negativo no valor de R\$1,2 milhão em 2017, contra R\$71,5 milhões positivo em 2016;
- Maiores provisões para demandas judiciais em R\$73,1 milhões, que foram de R\$138,1 milhões em 2017 contra R\$65,0 milhões em 2016.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Recebimento decorrente do Acordo firmado no processo de arbitragem contra o Porto Sudeste, no valor de R\$201,1 milhões líquido de despesas no ano de 2017.
- Resultado de venda de energia elétrica de R\$14,0 milhões positivo em 2017, contra R\$132,8 milhões negativo em 2016.
- Créditos fiscais de R\$237,5 milhões em 2017, contra R\$176,3 milhões em 2016;
- Menores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados no valor de R\$403,8 milhões, dos quais R\$349,1 milhões foram relativos a depreciação, contra R\$485,1 milhões em 2016, dos quais R\$427,9 milhões foram relativos a depreciação;
- Evento extraordinário, não recorrente, referente a despesa pela antecipação de término de contrato com fornecedor de R\$70,7 milhões em 2016. Não houve evento desta natureza em 2017;
- Maior receita com o Programa Reintegra que foi de R\$25,4 milhões em 2017, contra R\$0,8 milhão em 2016.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$154,9 milhões em 2017, contra R\$142,9 milhões em 2016, principalmente decorrente do desempenho da Unigal e da MRS Logística.

Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro líquido foi de R\$462,9 milhões negativos, contra R\$30,1 milhões negativos em 2016, principalmente em função da desvalorização do Real frente ao Dólar de 1,5% em 2017, contra uma valorização de 16,5% em 2016, que resultou em perdas cambiais de R\$21,6 milhões em 2017 contra ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016. Adicionalmente, o ano de 2017 apresentou despesas com operações de swap de R\$0,1 milhão contra despesas de R\$302,1 milhões em 2016, em função da renegociação das dívidas da Companhia iniciada em 2016, onde alguns contratos, alvos da renegociação, foram encerrados e substituídos por novos instrumentos de dívidas colaborando assim para o aumento destas despesas.

2016 – 2015 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No exercício de 2016, a receita líquida foi de R\$8,5 bilhões, contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia.

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 3,7 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2016 (4,9 milhões de toneladas em 2015), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro (3,8 milhões em 2015).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2016, o CPV foi de R\$8,0 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2015, uma redução de 20%, acompanhando o menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado. A margem bruta no ano de 2016 foi de 5,8%, contra 1,7% em 2015.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2016, as despesas com vendas foram de R\$272,7 milhões contra R\$258,1 milhões em 2015, principalmente devido a maior provisão para devedores duvidosos em R\$37,3 milhões, parcialmente compensada por menores custos de distribuição, menores despesas com serviços de terceiros e menores despesas gerais.

As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$354,2 milhões, contra R\$440,1 milhões em 2015, representando uma queda de 20%, decorrente da redução de 31,9% em despesas com mão de obra própria e de 14,1% em despesas gerais.

Outras despesas operacionais foram de R\$224,8 milhões em 2016 contra R\$3,2 bilhões em 2015 consequência principalmente da reversão de *impairment* na Unidade de Mineração no valor de R\$357,5 milhões contra um *impairment* de R\$2,6 bilhões em 2015 (sendo R\$2,1 bilhões na Unidade de Mineração, R\$357,2 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$56,7 milhões na Unidade de Transformação do Aço), das menores despesas relacionadas com a reestruturação dos negócios de Siderurgia e Mineração, sendo R\$3,8 milhões em 2016 contra R\$256,8 milhões em 2015 e de créditos fiscais de R\$176,3 milhões em 2016 (não houve evento desta natureza em 2015). Estes eventos foram parcialmente compensados pelas maiores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados em 2016, totalizando R\$ 485 milhões contra R\$164 milhões em 2015, e o resultado negativo da venda de energia elétrica, R\$ 132 milhões em 2016 em comparação com um resultado positivo de R\$ 65,4 milhões em 2015.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$142,9 milhões em 2016, contra R\$95,6 milhões em 2015, principalmente decorrente do melhor desempenho das coligadas Unigal e da MRS Logística neste ano.

Resultado financeiro

No ano de 2016, as despesas financeiras líquidas foram de R\$30,2 milhões, contra R\$1,2 bilhão em 2015, em função da valorização cambial de 16,5% em 2016, contra uma desvalorização cambial de 47,0% em 2015, o que gerou ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016, contra perdas cambiais de R\$1,1 bilhão em 2015 e do resultado positivo em R\$9,0 milhões de efeitos monetários em 2016 contra um resultado negativo de R\$215 milhões em 2015. Estes eventos foram compensados pelos maiores juros sobre financiamentos no montante de R\$ 493 milhões em 2016 comparados com R\$255 milhões em 2015.

2015 – 2014 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2015, a receita líquida foi de R\$10,2 bilhões, contra R\$11,7 bilhões em 2014, em função de menores preços e volumes de vendas de aço e menor preço do minério de ferro, decorrente da retração de mercado. A Unidade de Bens de Capital teve sua receita líquida aumentada em 9,4% no período devido à carteira de pedidos realizada em 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,9 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2015 (5,5 milhões de toneladas em 2014), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,8 milhões de toneladas de minério de ferro (5,6 milhões em 2014).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2015, o CPV foi de R\$10,0 bilhões, contra R\$10,7 bilhões em 2014, uma redução de 6,5% basicamente em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia e pela redução dos preços de algumas matérias primas, dentre elas o minério de ferro.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2015, as despesas com vendas foram de R\$258,1 milhões contra R\$290,9 milhões em 2014, devido, principalmente, a menores custos de distribuição, menores despesas com serviços de terceiros, parcialmente compensados por maiores provisões para devedores duvidosos e despesas gerais. As despesas gerais e administrativas em 2015 foram de R\$440,1 milhões, contra R\$501,5 milhões, representando uma queda de 12,2%, decorrente da redução de 9,0% com despesas com mão de obra própria, de 7,9% em serviços de terceiros e de 22,1% em despesas gerais. Outras despesas e receitas operacionais foram negativas em R\$3,2 bilhões, contra R\$278,7 milhões positivas em 2014, consequência principalmente do *impairment* de ativos registrado em 2015 totalizando R\$2,6 bilhões (na Mineração Usiminas no valor de R\$2,1 bilhões, na Siderurgia no valor de R\$357,2 milhões e na Transformação do Aço no valor de R\$56,7 milhões), do menor resultado de venda de energia elétrica de R\$313,4 milhões e, provisões relacionadas com a reestruturação dos negócios de Siderurgia e Mineração por R\$258,7 milhões (demissões de funcionários na usina de Cubatão e renegociação do contrato de logística de minério com a MRS).

Resultado financeiro

No ano de 2015, as despesas financeiras líquidas foram de R\$1,2 bilhão, contra R\$522,8 milhões em 2014, em função da forte desvalorização cambial de 47,0% gerando maiores perdas cambiais que foram de R\$1,1 bilhão em 2015 e R\$193,1 milhões em 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas e galvanizados (Unidade de Siderurgia).

A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. A receita destas unidades é gerada principalmente por:

- Mineração: Venda de minério de ferro através da Mineração Usiminas S.A.
- Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos através da Soluções Usiminas S.A..
- Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais através da Usiminas Mecânica S.A..

Adicionalmente, no ano de 2017, a Companhia gerou receita não recorrente com venda de energia elétrica excedente.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos produtos e também pelas taxas de câmbio que podem facilitar a importação de produtos e dificultar nossa competitividade.

No ano de 2017, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$10,7 bilhões contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maiores volume de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano. A distribuição desta receita foi de 86% no mercado interno e 14% no mercado externo.

Na Unidade de Negócio Siderurgia, a receita líquida foi de R\$10,0 bilhões, 32,7% superior à de 2016, que foi de R\$7,5 bilhões, principalmente devido aos maiores volumes e preços de venda de aço. Na Unidade de Mineração, a receita líquida foi de R\$524,8 milhões, contra R\$366,1 milhões em 2016, um crescimento de 43,3%, em função do maior volume de vendas e do maior preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2017, contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%. Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,5 bilhões, contra R\$1,9 bilhão em 2016, um crescimento de 34,7%, devido ao maior volume de vendas e serviços e pelo maior preço médio em cerca de 16% no período. Por fim, da Unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$287,6 milhões, contra R\$568,3 milhões em 2016, uma redução de 49,4%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

Em 2016, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$8,5 bilhões contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia. A distribuição desta receita foi de 88% no mercado interno e 12% no mercado externo.

Na unidade de Siderurgia, a receita líquida foi de R\$7,5 bilhões, 18,1% inferior à de 2015, que foi de R\$9,2 bilhões, devido ao menor volume de vendas de aço no mercado doméstico em 11,5%, reflexo da retração da economia brasileira no ano que afetou fortemente os setores industriais intensivos no consumo de aço, e ao menor volume de exportações em 64,0%, resultado das medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. Na unidade de Mineração a

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

receita líquida foi de R\$366,1 milhões em 2016, contra R\$401,5 milhões em 2015, uma redução de 8,8%, em função do menor volume de vendas e da queda do preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%. Na unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$1,85 bilhão em 2016, contra R\$1,92 bilhão, uma redução de 3,7%, devido ao menor volume de vendas e serviços parcialmente compensado pelo maior preço médio em 1% no período. Na unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$568,3 milhões em 2016, contra R\$868,6 milhões em 2015, uma redução de 34,6%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$10,2 bilhões, contra R\$11,7 bilhões em 2014. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2014 em 19,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2014 em 21,6%. O mix de vendas da unidade de siderurgia representou 73% no mercado doméstico e 27% nas exportações.

Na unidade de Siderurgia a receita líquida foi de R\$9,2 bilhões em 2015, 16,1% inferior à de 2014, que foi de R\$10,9 bilhões, devido ao menor volume de vendas de aço no mercado doméstico em 21,5% e menor preço médio em 2,2%, parcialmente compensado pelo maior volume de exportações em 36,8%. Adicionalmente, houve maior venda de produtos de menor valor agregado em ambos os mercados. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 46%, atingindo R\$401,5 milhões contra R\$743,0 milhões no ano de 2014, em função do menor volume de vendas e da queda expressiva do preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$103,6/t em 2014 para US\$58,5/t em 2015, uma redução de 43,5%. Tais efeitos foram parcialmente compensados pela desvalorização cambial em 2015. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$1,9 bilhão em 2015, contra R\$2,3 bilhões em 2014, uma redução de 17,8%, devido ao menor volume de vendas e serviços parcialmente compensado pelo maior preço médio em 2,5% no período. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada em 2015 foi de R\$868,6 milhões, contra R\$794,3 milhões em 2014, um aumento de 9,4%, principalmente decorrente do incremento de projetos no segmento de montagens industriais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$11,7 bilhões, contra R\$12,8 bilhões em 2013. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2013 em 13,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2013 em 34,5%. O mix de vendas da Unidade de Siderurgia representou 82,5% no mercado doméstico e 17,5% nas exportações. Na Unidade de Mineração a receita líquida apresentou redução de 34,6%, atingindo R\$743,0 milhões contra R\$1.136,0 milhões em 2013, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional e do menor volume de vendas. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$134,7/t em 2013 para US\$103,6/t em 2014. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da valorização do Dólar médio em 9,0% na comparação entre os anos. Na Unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,3 bilhões, 9,3% superior ao apurado em 2013, devido ao aumento de 12,8% no volume de vendas e serviços e ao maior preço médio em 9,4% realizado neste período. Na Unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$794,3 milhões, 18,3% inferior à de 2013, principalmente em decorrência da redução do volume de projetos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiroDemonstração de Resultado por Unidades de Negócios - Acumulado

R\$ milhões		Siderurgia*	Mineração	Transformação do Aço	Bens de Capital	Eliminações e Ajustes	Consolidado
2017	Receita Líquida de Vendas	9.980	525	2.497	288	(2.556)	10.734
	Mercado Interno	8.635	344	2.496	287	(2.556)	9.207
	Mercado Externo	1.346	180	1	1	-	1.527
2016	Receita Líquida de Vendas	7.518	366	1.853	568	(1.852)	8.454
	Mercado Interno	6.609	292	1.853	567	(1.852)	7.469
	Mercado Externo	909	74	-	1	-	985
2015	Receita Líquida de Vendas	9.174	402	1.925	869	(2.184)	10.186
	Mercado Interno	7.088	402	1.919	840	(2.184)	8.065
	Mercado Externo	2.086	-	6	29	-	2.121

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Volumes de vendas

Indicadores	2017	AV (%) 2017	2016	AV (%) 2015	2015	AV (%) 2015	Var. 2017/2016	Var. 2016/2015
Vendas físicas de aço (t mil)	4.026	100%	3.652	100%	4.915	100%	10%	-26%
Mercado Interno	3.441	85%	3.176	87%	3.590	73%	8%	-12%
Mercado Externo	585	15%	477	13%	1.325	27%	23%	-64%
Vendas de minério (t mil)	3.676	100%	3.207	100%	3.790	100%	15%	-15%
Mercado Interno - Para Terceiros	293	8%	284	9%	279	7%	4%	2%
Mercado Externo	891	24%	520	16%	-	-	71%	-
Mercado Interno - Usiminas	2.492	68%	2.403	75%	3.511	93%	4%	-32%

No ano de 2017, o volume total de vendas foi de 4,0 milhões de toneladas, contra 3,7 milhões de toneladas em 2016, representando um crescimento de 10,2%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,4 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um crescimento de 8,4% na comparação com o ano anterior, principalmente impulsionado pela recuperação da demanda nos setores automotivo, setores ligados à safra tais como máquinas agrícolas e silos, e setores exportadores. As exportações foram de 584,3 mil toneladas, uma elevação de 22,6% em relação às de 2016. A participação das vendas no mercado doméstico representou 85% das vendas totais, em 2017.

Em relação às vendas de minério, o volume total foi de 3,7 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um aumento de 14,6%, principalmente devido à retomada das exportações no terceiro trimestre do ano.

No ano de 2016, o volume total de vendas de aço foi de 3,7 milhões de toneladas, contra 4,9 milhões de toneladas em 2015, representando uma redução de 25,7%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,2 milhões de toneladas em 2016, uma redução de 11,5% na comparação com o ano anterior, em função da forte queda da demanda no Brasil. As exportações foram de 477 mil toneladas, uma redução de 64,0% em relação às de 2015, refletindo as medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. A participação das vendas no mercado doméstico cresceu, atingindo 87% das vendas totais, em 2016.

O volume de vendas de minério foi de 3,2 milhões de toneladas em 2016, contra 3,8 milhões em 2015, uma redução de 15,4%, principalmente devido à queda no consumo de aço no Brasil, parcialmente compensada pela exportação de 520 mil toneladas.

No ano de 2015, o volume total de vendas de aço foi de 4,9 milhões de toneladas, contra 5,5 milhões de toneladas em 2014, representando uma redução de 11,3%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,6 milhões de toneladas em 2015, uma redução de 21,5%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

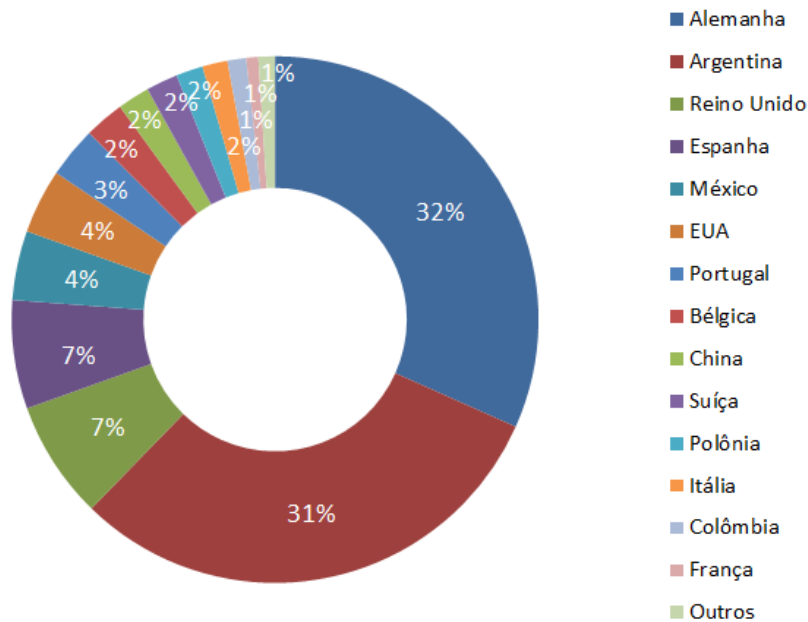
na comparação com o ano anterior, em função da fraca demanda da Grande Rede e do segmento automotivo (recuos de 15,5% e 27,7% respectivamente). As exportações atingiram 1,3 milhão de toneladas, um incremento de 36,8%, compensando parcialmente a queda das vendas no mercado doméstico.

Em 2015, o volume total de vendas de minério registrado foi inferior em 32,6% quando comparado ao de 2014 devido a restrições logísticas de exportação e queda no consumo de aço no Brasil gerando redução nos níveis de produção.

Destacamos abaixo o volume de vendas da Siderurgia em 2017:

Mil toneladas	2017		2016		2015		Var. 2017/2016	Var. 2016/2015
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	4.026	100%	3.652	100%	4.915	100%	10%	-26%
Chapas Grossas	481	12%	518	14%	890	18%	-7%	-41%
Laminados a Quente	1.139	28%	975	27%	1.580	32%	17%	-38%
Laminados a Frio	1.319	33%	1.152	32%	1.125	23%	14%	2%
Galvanizados	1.028	26%	920	26%	851	18%	12%	4%
Produtos Processados	-	0%	-	0%	10	0%	-	-
Placas	59	1%	87	2%	459	9%	-32%	-81%

Os principais destinos das exportações em 2017 foram:



Preços de vendas

O preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos em 2017 apresentou uma elevação em relação a 2016. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,4% na comparação com 2016, sendo uma elevação de 20,5% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 20,4% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2017 foi 25% superior à receita líquida por tonelada do ano de 2016, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2016 contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2016, o preço de venda médio dos produtos siderúrgicos apresentou uma variação positiva. A receita líquida por tonelada foi superior em 6,4% na comparação com 2015, sendo uma elevação de 0,9% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 17,1% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2016 foi 11% inferior à receita líquida por tonelada do ano de 2015, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%.

O preço de venda médio dos produtos siderúrgicos mostraram variação negativa em 2015 em decorrência da acirrada concorrência entre as usinas locais e do adverso ambiente de negócios da siderurgia mundial. A receita líquida por tonelada foi inferior em 5,4% sendo uma redução de 2,2% no preço médio do mercado interno e de 7,6% no mercado externo. Adicionalmente, houve maior venda de produtos de menor valor agregado em ambos os mercados. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2015 foi 2,9% inferior à receita líquida por tonelada do ano de 2014, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional parcialmente compensada pela desvalorização cambial em 2015. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$103,6/t em 2014 para US\$58,5/t em 2015, uma redução de 43,5%.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

Em 2017, o custo de venda para a Unidade de Siderurgia foi de R\$8,5 bilhões, superior em 19,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. Em relação à Unidade de Mineração, o custo de venda foi de R\$343,0 milhões, uma elevação de 15,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido em 14,6%. O custo de matérias primas corresponde a mais da metade do custo de vendas da Companhia, principalmente placas adquiridas, carvões e minérios de ferro. Os preços destes itens seguem a dinâmica de oferta e demanda de mercado, acompanhando evolução do índice PLATTS. Combustíveis, energia e utilidades tem uma participação de cerca de 10% do custo de vendas. Os preços de combustíveis, majoritariamente gás natural, são definidos pelas agências reguladoras estaduais, enquanto o valor de utilidades segue fórmula paramétrica definida em contrato. Já o preço da energia elétrica, para a qual a Companhia possui contratos específicos que asseguram o fornecimento, é reajustado pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato, sem impacto das variações de mercado. Por fim, o custo de mão de obra representa aproximadamente 9% do custo de vendas, seguindo os acordos coletivos negociados em cada localidade. Os demais itens de custo comportam-se em sua maioria de acordo com a inflação.

No ano de 2016, o custo de vendas para a unidade de Siderurgia foi de R\$7,1 bilhões, inferior em 22,5% em relação a 2015, em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia. O CPV médio por tonelada teve um aumento de 4,3% em relação ao de 2015. Os gastos fixos com mão de obra representaram aproximadamente 11% do custo de vendas da Companhia no ano de 2016 e segue a evolução dos acordos salariais das categorias. Já os gastos com energia elétrica e utilidades representaram 7% do custo de venda da Companhia no exercício. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato. Os demais custos são influenciados pela inflação local.

No ano de 2015, o custo de vendas para a unidade de Siderurgia foi de R\$9,1 bilhões, inferior em 9,3% em relação a 2014, em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia parcialmente compensado pelo aumento dos custos de readequação das operações. O CPV médio por tonelada teve um aumento de 2,2% em relação ao de 2014. Os gastos fixos com mão de obra representaram

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

aproximadamente 11% do custo de vendas da Companhia no ano de 2015 e segue a evolução dos acordos salariais das categorias e que acompanharam a variação do INPC. Já os gastos com energia elétrica e utilidades representaram 7% do custo de venda da Companhia no exercício. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato. Os demais custos são influenciados pela inflação local.

Variação cambial

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. As operações de derivativos têm como objetivo principal diminuir a volatilidade no fluxo de caixa oriunda da variação das moedas estrangeiras em relação ao Real. Como medida protetiva de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados moeda externa, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil	2017	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.478.473	103.130	143.256
Títulos e valores mobiliários	8.428	8.146	160.976
Contas a receber	297.966	87.334	176.207
Adiantamentos a fornecedores	5.404	12.684	21.804
Ativos em moeda estrangeira	1.790.271	211.294	502.243
Empréstimos e financiamentos	(1.747.954)	(1.779.065)	(3.725.360)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(219.628)	(167.613)	(471.048)
Adiantamento de clientes	(13.699)	(4.607)	(13.857)
Demais contas a pagar	(18.159)	(16.786)	(15.763)
Passivos em moeda estrangeira	(1.999.440)	(1.968.071)	(4.226.028)
Exposição líquida	(209.169)	(1.756.777)	(3.723.785)

Em 2017 a variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou uma perda de R\$21,6 milhões, contra um ganho de R\$639,0 milhões em 2016 e perda de R\$1,1 bilhão em 2015.

Variação na taxa de juros

Durante os anos de 2017, 2016 e 2015, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros. As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil	2017	%	2016	%	2015	%
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	636.251	9	642.964	9	2.295.166	29
TJLP	359.896	5	379.880	5	413.518	5
Libor	1.032.430	16	1.065.773	15	1.306.185	17
CDI	3.549.410	54	3.735.406	54	2.551.219	33
Outras	108.427	2	102.550	1	242.336	3
Total Empréstimos e financiamentos	5.686.414	86	5.926.573	86	6.808.424	87
Debêntures						
CDI	949.365	14	997.735	14	1.060.290	13
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.635.779	100	6.924.308	100	7.868.714	100

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2017, 2016 e 2015, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos e tributos parcelados da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$637 milhões, R\$494 milhões e R\$256 milhões respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

Em reais mil	2017	2016	2015
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	203.256	283.083	137.555
Correção monetária dos depósitos judiciais	31.612	47.334	51.475
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos indexados pelo CDI e TJLP	(116.573)	(273.797)	(352.754)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(21.601)	639.098	(1.072.090)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está composta por 4 unidades de negócios: Mineração, Siderurgia, Transformação do aço e Bens de Capital. Não ocorreram alterações nessa composição nos últimos três exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Alienação da operação de transportes da Rios Unidos

Em 22 de abril de 2015, a Companhia e sua controlada direta Usiminas Mecânica S.A. firmaram contrato de compra e venda com a Grecco Logística Internacional S.A. ("Grecco") para transferência da totalidade das suas quotas no capital social da Transportes Itaquauecetuba Ltda. ("Transportes Itaquauecetuba").

Em 30 de setembro de 2015, a Transportes Itaquauecetuba recebeu a parcela cindida da Rios Unidos Logística e Transportes de Aço Ltda. ("Rios Unidos"), relativa aos elementos ativos e passivos relacionados às atividades de transporte e armazenamento de cargas siderúrgicas.

Em 15 de janeiro de 2016, a operação foi concluída e a Transportes Itaquauecetuba foi incorporada pela Grecco, que pagará o montante de R\$18 milhões em até 5 anos.

c) Eventos ou operações não usuais

2017

i. Redução de Capital na Mineração Usiminas

Em 03 de março de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária da MUSA, foi aprovada, por unanimidade de votos dos seus acionistas, a redução do capital social da MUSA no valor de R\$1,0 bilhão, dos quais R\$700,0 milhões foram entregues à Companhia em 19/05/17, proporcionalmente à sua participação no capital social da MUSA.

ii. Acordo entre a Mineração Usiminas S.A. e a Porto Sudeste do Brasil S.A.

Em 27 de maio de 2015, a Mineração Usiminas S.A. notificou a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.) sobre a imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da Mineração Usiminas no Terminal da Porto Sudeste, nas modalidades Take or Pay e Delivery or Pay, em razão do reiterado inadimplemento, pela Porto Sudeste, de sua obrigação de concluir e de colocar o porto em operação, bem como pelo não pagamento de penalidades contratuais. A Companhia adotou as providências cabíveis para resguardar os seus direitos, inclusive em processo de arbitragem, pleiteando o pagamento das multas, o ressarcimento de lucros cessantes, além de demais perdas e danos, previstos em contrato. O referido contrato foi assinado com vigência de 5 anos a contar do primeiro embarque, previsto inicialmente para abril de 2012. Em 06 de junho de 2017, a Mineração Usiminas celebrou um acordo com a Porto Sudeste para por fim ao processo de arbitragem, resultando no distrato do referido contrato e na renúncia de todos os direitos que ambos ainda pudessem ter em relação ao contrato. O acordo estabelece um pagamento da Porto Sudeste para a Mineração Usiminas no montante de R\$205.106. Nesta mesma data, também foi celebrado um novo contrato de prestação de serviços de operações portuárias, que prevê que a Mineração Usiminas terá o direito, mas não a obrigação, de movimentar pelos próximos anos um volume total de até 17,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Terminal Portuário da Porto Sudeste, localizado no município de Itaguaí - RJ. Em 12 de julho de 2017, a controlada Mineração Usiminas S.A. recebeu o montante de R\$205.106 da Porto Sudeste do Brasil S.A.,

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

decorrente da celebração do acordo para por fim ao processo de arbitragem. Com este recebimento, cujos efeitos contábeis foram registrados no resultado de 30 de junho de 2017, o contrato de prestação de serviços de operação portuária, celebrado em 11 de fevereiro de 2011, e o processo arbitral encontram-se extintos. A Sentença que homologou o acordo entre as partes foi proferida em 05 de setembro de 2017.

iii. Renegociação das dívidas

Em 15 de dezembro de 2017, a Usiminas realizou perante os Bancos Brasileiros, os Bancos Japoneses e os Debenturistas (conforme definidos nos Fatos Relevantes de 09 e 12.09.2016 e, em conjunto, "Credores"), o pagamento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd., de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89.897.000,00.

2016*i. Aumento de Capital*

Com o objetivo de reforçar o caixa da Companhia, a Usiminas emitiu novas ações, ordinárias e preferenciais, totalizando R\$1.050.294.935,04. O Conselho de Administração homologou em 03/06/16 o Aumento de Capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe "A", idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19/07/16, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o Aumento de Capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

ii. Renegociação das dívidas

A Companhia concluiu, em 12/09/16, a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas e reitera que a celebração dos Instrumentos Definitivos marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos Credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão de sua Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estavam em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e nas relações de hedge identificadas em 2017 no âmbito da IAS 39 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Administração também avaliou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros e chegou à mesma conclusão de que não haverá impactos significativos, uma vez que a Companhia já vem trabalhando com um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas.
- IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Com base nesta análise, a Administração concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.
- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são a seguir apresentadas. As Empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicáveis, quando essas entrarem em vigência.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- IFRS 16 - *Leases* (Arrendamentos) A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7): As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 26 / IAS 7 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações): As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 32 / IAS 12 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reapresentação de valores correspondentes

Para fins de comparabilidade de suas demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou as operações de cessão de crédito (*forfaiting*) realizadas no mercado externo com fornecedores comerciais, da rubrica “Fornecedores” para a rubrica “Títulos a pagar - *Forfaiting*”, nos Balanços patrimoniais e nas Demonstrações do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2015.

Consolidado			
31/12/2015			
	Saldos originais publicados	Reapresentações	Saldos reapresentados
Total do ativo	27.758.332	-	27.758.332
Fornecedores	1.187.274	(366.703)	820.571
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	587.458	366.703	954.161
Outros passivos circulantes e não circulantes	10.989.743	-	10.989.743
Total do passivo	12.764.475	--	12.764.475
Total do patrimônio líquido	14.993.857	--	14.993.857
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.758.332	--	27.758.332

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas que são relevantes para as Empresas Usiminas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são a seguir apresentadas. As empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicáveis, quando essas entrarem em vigência.

- IFRS 9 -Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na *IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: A IFRS 15 exige de uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, a Companhia não espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios);
- Alterações do CPC 19 / IFRS 11 - *Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto);
- Alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38 - *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização);
- Alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28 - *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas;
- Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28 - *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação); e
- Alteração do CPC 26 / IAS 1 - *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reapresentação de valores correspondentes

Para fins de melhor apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou determinados saldos a pagar derivados de operações de cessão de crédito (forfaiting) com fornecedores comerciais. Estes saldos, originalmente apresentados no balanço patrimonial na rubrica "Fornecedores, empreiteiros e fretes", foram reclassificados para rubrica específica do passivo circulante, denominada "Títulos a pagar". Adicionalmente, a Companhia reclassificou o saldo total da rubrica "Valores a pagar a empresas ligadas" para as rubricas "Fornecedores, empreiteiros e fretes" e "Títulos a pagar", de acordo com a natureza da operação.

Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2014 foram reclassificados conforme a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) Balanço patrimonial	Consolidado		
	31/12/2014		
	Saldos originais publicados	Reclassificações	Saldos reapresentados
Total de ativos	30.484.062	-	30.484.062
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.948.744	(277.204)	1.671.540
Valores a pagar a empresas ligadas	338.357	(338.357)	-
Títulos a pagar	-	615.561	615.561
Outros passivos circulantes e não circulantes	9.435.346	-	9.435.346
Total de passivos	11.722.447	-	11.722.447
Total do patrimônio líquido	18.761.615	-	18.761.615

Ao longo de 2015 e 2014, a Companhia efetuou compras de matérias-primas junto a fornecedores nacionais, principalmente minério de ferro e combustíveis, que por sua vez descontaram os títulos junto a instituições financeiras, por meio de operação de cessão de crédito (*forfaiting*), a qual consiste, basicamente, na venda desses recebíveis, sem direito de regresso, a taxas de juros que variam entre 1% a.m. e 1,6% a.m. Em 31 de dezembro de 2015, o passivo relativo a estas compras correspondia a R\$587.458 (31 de dezembro de 2014 - R\$615.561). O prazo médio de pagamento desses títulos é de 180 dias.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalva em suas Demonstrações Financeiras referentes às Demonstrações Financeiras de 2017, 2016 e 2015.

O parecer dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 não apresentou ênfase.

Em relação às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016, o parecer dos auditores independentes apresentou a seguinte ênfase “Chamamos a atenção para a nota explicativa 20, que descreve certas condições que requereriam o vencimento antecipado de dívidas significativas da Companhia e que devem ser cumpridas até 30 de junho de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto”.

Em relação às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, o parecer dos auditores independentes apresentou a seguinte ênfase “Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve o plano de ação definido pela Administração para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa da Companhia, que apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como naquela data, excesso de passivos sobre os ativos circulantes. Essas condições, bem como o risco de não concretização do plano descrito indica a existência de incerteza material que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.”

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

ESTIMATIVAS E PREMISSAS

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

Provisão para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- A Mineração Usiminas S.A (MUSA) possui contrato vigente junto à MBL – Materiais Básicos Ltda., assinado em Julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de Outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas em 2017 foi a Mineração Usiminas S/A – MUSA. O contrato entre a Usiminas e a Mineração Usiminas – MUSA é válido de Jan/2011 a Dez/2048. O compromisso de compras até 2016 foi de 4 milhões de toneladas (base seca) de minério de ferro por ano em regime *take or pay*. Para 2017 foi acordado entre as partes um volume de compras de 2,4 milhões de toneladas (base úmida), o que foi cumprido em sua plenitude. A partir de 2018 e até o fim de 2021 o volume de *take or pay* anual passa a ser 2,3 milhões de toneladas (base seca), conforme comunicado ao mercado divulgado em 5 de dezembro.

Em complemento ao volume estabelecido com a Mineração Usiminas - MUSA para suprir a demanda necessária de minério de ferro a Usiminas realizou compras regulares com terceiros, destacando como principais fornecedores no ano de 2017 Vallourec, Bemisa e Itaminas.

Adicionalmente, a Usiminas manteve em 2017 um contrato de logística de transporte de minério com a VLI no valor de aproximadamente R\$180 milhões.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e *spot* de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2017, correspondente a aproximadamente 2,3 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades da usina siderúrgica em Ipatinga até dezembro de 2017. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e do carvão para injeção (PCI) e antracito no mercado internacional estão computados nesses dados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2017, destacam-se Blackhawk, Petrobrás Distribuidora, Contura e Jellinbah (Lake Vermont), responsáveis por aproximadamente 70% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2017, o montante total aproximado para as compras de carvão, antracito e PCI somaram R\$811 milhões, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R\$178 milhões. Em 2017, a Usiminas não comprou nenhuma carga de coque metalúrgico importado, pois com o atual cenário produtivo a usina de Ipatinga é autossuficiente em coque.

* Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

**valores FOB sem impostos e encargos financeiros

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais. No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais. Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A - SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas recebe da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Para o período de 2017 à 2030 foi celebrado um termo de cessão de energia entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT. O termo de cessão foi fruto de acordo comercial feito na negociação do TOP do contrato de criogênicos da Usina de Cubatão. O volume contrato de 65,408 MW médios possui obrigação de retirada de 32 MW médios (48,92% da energia contratada) e com uso exclusivo da Usina de Cubatão.

Em leilões realizados nos dias 07/12/17 e 03/01/18 foram comprados um total 100 MW médios de energia para o período de 2020 a 2022 com as empresas CTG e Engie, no caso foram adquiridos 50 MW médios de cada empresa para a Usina de Ipatinga.

Com exceção do termo de cessão feito entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT, os demais contratos mencionados têm *take or pay* de 100%, ou seja, há obrigação de retirada do todo o valor contratado anual, contudo, eventuais excedentes são revendidos no mercado de energia.

Esses contratos perfazem cerca de R\$ 6,9 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2030.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado de 01/06/17 até 31/05/2018 com a previsão de fornecimento de 200.000 m³/dia de gás natural. Em 2017 foram gastos R\$81 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A USIMINAS e a GASMIG possuem um contrato firme com volume atual contratado de 235.000 m³/dia. Foi celebrado em 01/09/2017 e possui renovações automáticas. Eventualmente e conforme disponibilidade a Usiminas celebra compras de gás *spot* para uso exclusivo no Alto Forno. Em 2017 foram desembolsados R\$107 milhões (valores sem impostos recuperáveis) com gás natural da Gasmig.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFsContrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia MRS Logística S.A. (assinado em 01 de janeiro de 2011) para a prestação de serviços de transporte ferroviário de minério de ferro a partir dos terminais de carga até à Usina de Cubatão em SP e os Terminais Portuários no RJ com vigência até 30 de novembro de 2026. Este contrato foi renegociado com a MRS, eliminando as condições de *take or pay*, o que gerou um pagamento de indenização de 10 parcelas anuais de R\$31,5 milhões, a partir de 30 de janeiro de 2017, totalizando R\$315,5 milhões. Para fins de contabilização desta indenização, em 31 de dezembro de 2015 foi considerado o montante de R\$163,0 milhões, equivalente ao valor presente do fluxo de pagamento mencionado, em 31 de dezembro de 2016 este valor equivale à R\$184,1 milhões e em 31 de dezembro de 2017 este valor equivale à R\$174,7 milhões.

Contrato de Fornecimento de Gás com a White Martins

A Usiminas Siderúrgica possui alguns contratos vigentes com a White Martins Gases Industriais para fornecimento de gases industriais a todas as empresas do Grupo Usiminas.

Para a planta de Ipatinga o contrato, assinado em Abr/1996, originalmente teve vigência de 21,5 anos, com valor contratual estimado em R\$2,8 bilhões. Este contrato refere-se ao fornecimento dos gases para a produção de aço. Seguindo as regras do contrato, o mesmo foi renovado com a WM por mais 15 anos, cujo vencimento agora é Dez/2032. A planta de gases em Ipatinga era composta por equipamentos da WM e da Usiminas, sendo que na negociação foram vendidos os equipamentos da Usiminas à WM por R\$ 70 milhões. Transação ocorrida em 2016.

Para a planta de Cubatão a Usiminas possui dois contratos de fornecimento de gases para a produção de aço. Os contratos foram assinados em jul/2000 e set/2009 e têm vigência de 21,5 anos e 23 anos, respectivamente. O valor contratual estimado para estes dois contratos é de R\$1 bilhão. Devido à paralisação das áreas primárias em Cubatão, o contrato de fornecimento de gases para os Altos-Fornos teve seu encerramento antecipado e uma adequação foi feita no contrato de gases para toda a usina.

O grupo Usiminas possui contrato corporativo de fornecimento de gases envasados, sendo líquidos e gasosos. Este contrato foi assinado em out/2009 e esteve vigente até nov/2015.

Em Out/2015 foi firmada uma nova parceria com a WM para continuidade deste fornecimento a todas as empresas do grupo com vigência por mais 5 anos. O valor total estimado do novo contrato corporativo de gases envasados é de R\$18 milhões considerando todas as empresas do grupo.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$19,4 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima são apropriadas ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação

Conforme comentado no item 10.6.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

- O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2017 foi de R\$196 milhões (R\$225 milhões em 2016). O volume total de investimentos previsto para o ano de 2018 é de R\$451 milhões.

Os principais projetos concluídos foram:

- Ipatinga - Substituição da Ponte Rolante L8 - Lingotamento Contínuo da Aciaria 2 – Substituição da ponte rolante de manuseio de placas aço líquido na Aciaria 2 de carregamento das máquinas de lingotamento contínuo. A nova ponte terá capacidade de 260 t. Início de operação: jan/2017.
- Ipatinga - Aciaria 02 - Instalação de Portão Frontal nos Convertedores 4 e 5 - Projeto, fabricação e instalação de portões frontais aos convertedores 4 e 5, visando maior segurança e melhor eficiência do despoejamento. - Início de operação: mar/2017.
- Ipatinga - LTQ - Substituição do Medidor de Espessura e Perfil da Saída do Trem Acabador – Novo medidor de espessura e perfil a raio-x fixo e móvel garantindo a continuidade operacional da LTQ proporcionando uma melhoria no controle do processo - Início de operação: nov/2017.
- Ipatinga - Converteador 5 - Troca da carcaça e refrigeração do anel – Substituição da carcaça do Converteador 5 e instalação de sistema de refrigeração a ar para o anel visando Continuidade operacional da Aciaria; Manutenção da capacidade produtiva; Segurança das pessoas; Aumento da vida útil com a instalação do sistema de refrigeração a ar para o anel. Início de operação: mar/2017.
- Ipatinga - Forno Panela Nº02 - Instalar Sistema de Injeção de Pó: O projeto consiste na injeção de agentes dessulfurantes (CaO) nas placas enviadas ao Forno Panela da Aciaria 02. Para tanto será necessária a adequação do sistema existente (utilizado anteriormente para adição de outro material), de forma a torná-lo apto ao recebimento, estocagem e injeção de pó diretamente no aço líquido. Início de operação: jan/2017.
- Ipatinga - AF 3 - Sala Elétrica 3 (1º piso) - Atualização e substituição de painéis e trafos MT/BT: A atualização da Sala Elétrica 3 (1º piso) do Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga consiste na substituição dos painéis de média tensão e baixa tensão, com o objetivo de aumentar a confiabilidade e a operacionalidade da subestação. Além disso, serão substituídos os transformadores que já estão no fim de vida útil, remanejamento dos cabos/canaletas, instalação de ar condicionado/pressurização positiva, sistema de detecção e alarme incêndio e também instalações de portões e repintura da sala. Início de operação: jan/18.
- Ipatinga - Pátio de Carvão - Subestação 2: Grande reparo elétrico da sala elétrica 2 do Pátio de Carvão, incluindo: adequação civil piso, canaletas e calhas para cabos, projeto elétrico, troca de painéis de 3,45kV e sistema de proteção, projeto de memorial de cálculo com ajustes de relés e estudo de seletividade, instalação de relés microprocessados com comunicação em rede com PLC para os painéis de média. Compra de disjuntores de média e alta tensão extraíveis. Contratação de mão-de-obra para execução das montagens de painéis e trafos. Início de operação: fev/18.
- Cubatão - Troca trafos Ascarel - ETAPA 2: Substituição e destinação de 80 transformadores PCB (Ascarel) na Usina de Cubatão, 2a etapa, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288(SP). Início de operação: nov/2017.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Cubatão - AVCB – Santos: Adequação das instalações necessárias para a certificação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo nas áreas da Usina de Cubatão localizadas dentro do município de Santos/SP, conforme indicado no Decreto Estadual nº 46.076, de 31 de agosto de 2001. Início de operação: fev/2017.
- Cubatão - Otimização do Sistema de Vapor: Aquisição de Uma Nova Caldeira de 20t/h - Na Usina de Cubatão existem 4 caldeiras de 77t/h + 2 de 100t/h para produção de vapor a 42 kgf/cm² à 440°C que alimentam os turbo sopradores e turbo geradores. Parte deste vapor é distribuído para o processo (15 kgf/cm² à 230°C). Com a paralisação das áreas primárias a demanda de vapor para processo reduziu significativamente, de 90t/h para 20t/h. Esta demanda está sendo atendida através das caldeiras de 77t/h. Estes equipamentos ficaram superdimensionados para a nova demanda e apresentam custos operacionais elevados e baixa eficiência. Início de operação: fev/2017.

Os investimentos previstos para o ano de 2018, conforme o plano de negócios da Companhia, focam na manutenção operativa e adequação das instalações das usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma na área dos Altos Fornos, Aciaria (Usina de Ipatinga), salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

Os principais investimentos em andamento são:

- Ipatinga - Alto Forno 3 - Substituição de Staves (2ª troca) - Aquisição e troca de 32 stave coolers nos níveis B1 (10 Staves), B2 (3 Staves), B3 (6 Staves), S1 (4 Staves) e S2 (9 Staves) e aquisição de 4 Staves sobressalentes nos níveis B3 (2 Staves) e S1 (2 Staves) para o Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga. Recomposição do sistema de refrigeração da carcaça do AF3; Manutenção da segurança e integridade física dos trabalhadores de área do AF3; Manutenção da estabilidade térmica do AF3 e controle operacional. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga - Retorno do AF1 de Ipatinga à Operação – Reparo de todos os equipamentos necessários para dar a mesma condição operacional ao AF 1 quando da sua parada operacional (sem considerar nenhuma melhoria ou aumento de capacidade). Este projeto irá recolocar o AF1 em marcha operativa para retomada de produção de Gusa. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2018.
- Ipatinga - AF2 - Modernização do Precipitador Eletrostático Nº 2, Realização de modernização e grande reparo eletro-mecânico do PE-02 - Realização de modernização e grande reparo eletromecânico da torre de lavagem e Precipitador Eletrostático 2, com o objetivo de adequar o nível de particulado na saída do PE-02 para $\leq 15\text{mg/Nm}^3$. Aumento da eficiência de limpeza do BFG, tendo como meta $\leq 15\text{mg/Nm}^3$ de particulado na saída do PE e nível de particulado na saída do header de 141mg/Nm^3 . Atualmente temos 223mg/Nm^3 ; Maior estabilidade e segurança operacional da planta de limpeza de gás; Melhor expectativa operacional dos equipamentos que consomem BFG; Melhoria no controle de pressão do topo dos Altos-Fornos nº 1 e 2. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga – Recuperação a Quente da Câmara de Combustão do Regenerador HS8 AF3 - Reparo emergencial do refratário na região de saída de ar quente e no queimador cerâmico do regenerador 8. Será trocado as duas primeiras fiadas do queimador cerâmico e uma camada da parede refratária, lado interno, do anel de ar quente. Benefícios: Evitar interrupção da operação do HS8, que colocaria em risco a operação do AF3. Aumento de vida útil do regenerador, eliminação do risco da perda do

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

regenerador por queda de refratário da região reparada. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.

- Ipatinga - Adequação do Sistema de BFG da Coqueria 3 - O projeto deverá adequar todo o sistema de alimentação de gás BFG da coqueria 3, incluindo o controle da injeção de gás nas baterias e também a os valores de vazão e pressão necessários para correta operação dos fornos. Benefícios: Preservação dos refratários dos fornos das baterias - garantir vida útil - devido à melhor distribuição térmica nas câmaras dos fornos; Redução da emissão de material particulado na chaminé; Melhoria na qualidade do coque (parâmetro CSR) e aumento da geração de gás COG. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2019.
- Ipatinga - Lingotamento Contínuo 1, 2 e 3 - Substituição de Vigas do Galpão da Ala EF: Substituição (fabricação + montagem) de 9 vigas de rolamento no vão EF da Aciaria 2 da usina de Ipatinga. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga - Energia - Adequação da Subestação da Aciaria nº1 - Adequação da Subestação da Aciaria nº1 e atualização tecnológica dos painéis elétricos visando segurança dos funcionários em conformidade com as atuais normas técnicas e de segurança (NR 10 / ABNT NBR 14039:2005), melhor controle de processos e continuidade operacional. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2020.
- Ipatinga - LTQ - Upgrade do Drive (Cicloconversor) da cadeira F1 - O projeto consiste no upgrade do sistema cicloconversor da cadeira F1 do Trem Acabador do LTQ, motivado por obsolescência e indisponibilidade de sobressalentes dos atuais equipamentos, colocando em risco a continuidade operacional da linha. Será realizada a substituição do painel de controle e de componentes do painel de acionamento por tecnologias modernas, cujas peças de reposição estão disponíveis no mercado. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga - Sinterização - Troca do Tambor Misturador das Máquinas de Sinter 1 e 2 - Troca do Tambor Misturador das Máquinas de Sinter 01 e 02 da planta de Ipatinga devido ao fim de vida útil. Os principais benefícios do projeto são: Preservar a continuidade do negócio evitando paralisação total da produção de placas; Preservar a operação das linhas das MS 01 & 02 e abastecimento de sinter para os AF's (Evitar colapso do Tambor); Melhoria das propriedades de desgaste devido à abrasão e à corrosão e das funções de homogeneização e micropelotização. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga - Energia - Adequação de Subestação H - O escopo consiste na adequação da subestação H da Energia e atualização tecnológica dos painéis elétricos conforme as normas NR10 e ABNT NBR 14039, visando segurança física dos funcionários e da instalação de forma a garantir a continuidade operacional e controle dos processos. Instalada desde 1965, a subestação H está localizada na rua 14 e recebe alimentação em 69kV da Subestação Principal (Disjuntor 52F15). Esta subestação alimenta principalmente as cargas da LTQ em 3,3kV e 11kV, recirculação de água (CRATIF e ENA) e restaurante. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga - Qualidade – Centralização dos laboratórios químicos das Aciarias 1 e 2 (Etapa 1) - Transferência das instalações do laboratório químico da Aciaria 2 para local seguro - Casa Azul. Benefícios: Transferência das equipes para locais de maior segurança; Adequação das instalações às NRs - Restabelecimento das condições seguras de trabalho (ergonomia e acessibilidade); Maior agilidade nas análises pela otimização de layout e preparação de amostras; Maior disponibilidade de espaço no laboratório para futuras ampliações. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Ipatinga - PRL44 - Substituição dos drives das elevações principal e auxiliar - Substituição do sistema elétrico de acionamento das elevações principal e auxiliar da ponte rolante L44 da Aciaria 1 de Ipatinga. Benefícios: Continuidade operacional e Redução do risco de paradas não programadas da Aciaria 1. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga - UIP4UA0001 - Energia - Adequação da Sala Elétrica da Casa de Bombas nº2 – Adequação da sala elétrica da casa de bombas 2 e atualização tecnológica dos painéis elétricos visando segurança dos funcionários em conformidade com as atuais normas técnicas e de segurança (NR 10 / ABNT NBR 14039:2005), melhor controle de processos e continuidade operacional - Previsão de início de operação no 2º semestre de 2020.
- Ipatinga UIP4HS0002 - AVCB - Adequação da Usina ao auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - 3ª Etapa - – Adequação de escritórios, laboratórios e oficinas da Usina de Ipatinga às condições de segurança contra incêndio e pânico previstas na lei 14.130, de 19/12/2001, e Decreto 44.746, de 29/02/2008, que dispõem sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado de Minas Gerais, de forma a estarem aptas a obtenção do AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - Previsão de início de operação no 1º semestre de 2020.
- Ipatinga - LCG - Novo Medidor de Espessura, Coroamento e Comprimento na Saída do FM: Novo medidor de espessura, coroamento e comprimento da saída do FM visando a manutenção da capacidade produtiva da Usiminas e a aplicação de nova tecnologia trazendo ganhos expressivos na garantia da qualidade dos produtos. Previsão de início de operação no 1º Semestre de 2018.
- Ipatinga - Reforma da Subestação do Carboquímicos: Reforma da subestação dos produtos carboquímicos e sala elétrica da iluminação da usina de alcatrão e atualização tecnológica dos painéis elétricos visando segurança dos funcionários em conformidade com as atuais normas técnicas e de segurança (NR 10 / ABNT NBR 14039:2005), melhor controle de processos e continuidade operacional. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga - Adequação da sala elétrica 6 e das instalações elétricas da área de preparação de painéis - Aciaria 2: Adequar a Sala Elétrica 6 e área do galpão de preparação de painéis da Aciaria #2 da Usina de Ipatinga às atuais normas técnicas e de segurança, uma vez que os equipamentos e instalações da área encontram-se em desacordo com a NR10 (Norma Regulamentadora 10 do Ministério do Trabalho) e normas da ABNT para instalações elétricas. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Cubatão - Troca de trafos ascarel da Usina de Cubatão (3ª Etapa) - O projeto consiste na Substituição/Retirada e destinação de 134 equipamentos PCB (Ascarel) que compõem o escopo da 3ª etapa do projeto, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288 (SP). Em 2006, a Lei Estadual SP 12288 determinou que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizassem ou tivessem sob sua guarda transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contendo PCBs, bem como óleos ou outros materiais contaminados por PCBs, ficariam obrigadas a providenciar a sua eliminação progressiva até 2020. O passivo inicial de equipamentos PCB na usina de Cubatão era de 360 equipamentos. A etapa 1 e 2 contemplou um total de 226 transformadores. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2020.
- Cubatão - Energia - Adequação das subestações EM#9 e SE#1 de 88 kV - Adequação das subestações de 88kV (EM#9 e SE#1) da Usina de Cubatão consistindo de

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

substituição de disjuntores de 88kV, transformadores de correntes (TCs), seccionadoras, retificador e banco de bateria e sistema de proteção e comando das subestações visando atualização tecnológica dos equipamentos, segurança dos funcionários, melhor controle de processos e continuidade operacional. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2019.

- Cubatão - UCB4LP0003 - Fiscalização da Dragagem do Canal de Piaçaguera, Dique C e UDC – Levantamento Batimétrico; Levantamento Topográfico; Suporte técnico de projetos; Ensaios ambientais; Mão de Obra própria e Mão de Obra de terceirizados para fiscalização - Previsão de início de operação no 2º semestre de 2019.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No ano de 2017 não houve desinvestimentos relevantes que alterem a capacidade produtiva da companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2017 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a frio e aços revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços especiais para tubos de grande diâmetro para gasodutos e oleodutos. Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para os setores da construção civil, construção naval e de plataformas *offshore*. Desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica. Desenvolvimento de aço com revestimento metálico especial para conformação a quente, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novos produtos galvanizados a quente. Desenvolvimento de aços para atender requisito de expansão de furo, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2017, a Companhia investiu aproximadamente R\$6,24 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A estratégia comercial de uma empresa pode ser medida pela sua capacidade de geração de novos produtos que estejam alinhados com as necessidades do mercado. Com a Usiminas não é diferente, o que tem exigido um constante monitoramento do mercado e de suas demandas, assim como uma atenta observância à concorrência.

Os produtos que tiveram seus projetos de desenvolvimento concluídos no ano de 2017 e passaram a fazer parte da carteira de produtos Usiminas, são abaixo descritos:

Laminados a frio

- *Aço Dual Phase 490 para Painéis Externos:* Aço de alta resistência da classe 490 MPA de resistência mecânica, laminado a frio destinado à indústria automotiva, principalmente para painéis de cobertura, como portas, capô, teto, para-lamas, etc.
- *Aço Dual Phase 1000 com Expansão de Furo > 50%:* Aço de ultra-alta resistência laminado a frio destinado ao setor automobilístico, visando, principalmente, o aumento da segurança veicular. Esse produto em particular reúne, além da elevada resistência mecânica, um bom desempenho em peças submetidas a esforços de estiramento de bordas (expansão de furo superior a 50%).
- *Aços USIGALVE – ESQ:* Família de quatro aços diferenciados pela dureza, desenvolvidos para proporcionar características mais adequadas à fabricação de portas e janelas.

Laminados a Quente

- *Aço CP800 Com Características de Expansão de Furo LQ:* O aço Complex Phase 800 laminado a quente é um material avançado de alta resistência mecânica (AHSS), com resistência mecânica mínima de 800MPa. O produto apresenta ainda características de expansão de furo superior a 50%, o que o torna indicado para partes estruturais do veículo, principalmente componentes da suspensão.
- *Aço USI-SAC-300-GC-LQ:* Aço patinável do grau 300, para tubos de pequeno diâmetro, que apresenta boa soldabilidade ERW e resistência a corrosão ao longo da linha de solda, *Grooving Corrosion* (GC).
- *Aço USI-SAC-300-M LQ:* Aço patinável, com alto teor de silício e superior resistência à corrosão atmosférica. Tem sido utilizado em peças danificadas por processos corrosivos/erosivos, em substituição ao aço inox ferrítico, da série AISI 400 (ASTM A240 UNS-S410 03).

Chapas Grossas

- *Aço Sincron BHS 485W:* Aço estrutural TMCP resistente à corrosão atmosférica de alta resistência mecânica, com limite de escoamento mínimo de 485 MPa e elevada tenacidade. Atende a todos os requisitos técnicos da norma ASTM A709 HPS 70W. Destinado ao segmento de construção civil, em especial pontes metálicas, e ao segmento de máquinas e equipamentos industriais.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

2017

Ao longo de 2017 a Companhia concluiu algumas ações importantes como a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Entre estas ações destacam-se principalmente os eventos relacionados ao processo da renegociação da dívida financeira, listados a seguir:

- A aprovação, em 3 de março de 2017, da redução de capital social da controlada Mineração Usiminas no montante de R\$1.000.000, dos quais R\$700.000 foram entregues à Companhia em 19 de maio de 2017;
- Em 15 de dezembro de 2017, pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões;
- O pagamento integral das Notas emitidas pela controlada Usiminas Commercial Ltd., este efetuado em Janeiro de 2018, no valor total de US\$400 milhões, dos quais cerca de US\$220 milhões deste montante retornaram ao caixa da Companhia, em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013.
- Em 15 de março de 2018, em cumprimento às obrigações assumidas nos Instrumentos Definitivos assinados perante os Bancos Brasileiros, os Bancos Japoneses e os Debenturistas, a Companhia realizou o pagamento do valor correspondente à totalidade do Excedente de Caixa ("Cash Sweep"), calculado com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro 2017, no montante total de R\$378.798.701,11, a título de amortização parcial dos valores de principal devidos pela Usiminas aos Credores.

Com estes eventos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

2016

Durante o exercício social de 2016 algumas ações importantes que vinham sendo implementadas pela Companhia foram concluídas. Estas ações tiveram como foco principal a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Uma destas ações concluídas foi a capitalização da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, no montante total de R\$1.050.294.935,04. Em 3 de junho de 2016, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe "A", idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19 de julho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o aumento de capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

Em 17 de fevereiro de 2016 a companhia firmou "Instrumento Particular de Assunção Mútua de Obrigação de Não Fazer e Outras Avenças" ("Acordo *Standstill*") com os seus principais credores financeiros, quais sejam, Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Foi

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

firmado, ainda, um Instrumento Particular semelhante com os credores financeiros japoneses, quais sejam, Japan Bank for International Cooperation – JBIC, The Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd., Mizuho Bank Ltd. e Sumitomo Mitsui Banking Corporation.

Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas, que marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos seus credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão da Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

2015

Em maio de 2015 a Administração da Companhia decidiu paralisar as atividades de um alto forno na Usina de Ipatinga - MG.

Da mesma forma, o negócio de Mineração, pressionado pelas sucessivas baixas nos preços internacionais do minério de ferro, diminuiu seu nível de produção e renegociou o contrato de transporte com a MRS Logística S.A., cujas condições *take or pay* não eram mais favoráveis, conforme as projeções do negócio.

Adicionalmente, em outubro de 2015 a Administração da Companhia decidiu interromper temporariamente as atividades das áreas primárias da Usina de Cubatão - SP. O processo de desativação compreendeu as áreas de sinterização, coqueiras, altos fornos (um dos quais já tinha suas atividades paralisadas desde maio de 2015) e aciaria, bem como todas as atividades associadas a esses equipamentos. O referido ajuste objetivou adequar a escala de produção da Usiminas aos níveis de demanda atual, procurando diminuir o impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

Diante desse cenário, a Usina de Cubatão deixou de produzir placas, mas manteve em atividade as suas linhas de laminação a quente e a frio, bem como as operações relacionadas ao seu terminal portuário. A linha de laminação de chapas grossas continuou temporariamente suspensa.

No ano de 2015 foram contabilizados R\$2,1 bilhões de redução no valor dos ativos em uso desse negócio (*impairment*), consequência de menor rentabilidade futura estimada devido à baixa dos preços de venda internacionais.